ciudades
INSTITUTO UNIVERSITARIO DE URBANÍSTICA
Ed UVa EDICIONES Universidad Valladolid

Nos meandros dos rios e nos interstícios da cidade: onde a segregação se revela. Um estudo sobre a cidade de João Pessoa-PB, Brasil [*]

En los meandros de los ríos y en los intersticios de la ciudad: donde la segregación se revela. Un estudio sobre la ciudad de João Pessoa-PB, Brasil

In the meanders of the rivers and in the interstices of the city: where segregation is revealed. A study about the city of João Pessoa-PB, Brazil

DORALICE SÁTYRO MAIA
Geógrafa; Doutora em Geografia Humana
Professora Titular
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa-PB, Brasil
dsm@academico.ufpb.br
ORCID: 0000-0001-7705-3424

DEMÓSTENES ANDRADE DE MORAES
Arquiteto e Urbanista; Doutor em Arquitetura e Urbanismo
Professor Adjunto
Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande – PB, Brasil
demostenes.andrade@professor.ufcg.edu.br
ORCID: 0000-0002-6991-0323

CAMILA COELHO SILVA
Arquiteta e Urbanista; Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo
Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Serra Talhada-PE, Brasil
doc.camilacoelho@gmail.com
ORCID: 0000-0001-8476-4718

Recibido/Received: 30-09-2024; Aceptado/Accepted: 05-02-2025
Cómo citar/How to cite: Sátyro Maia, Doralice; Andrade de Moraes, Demóstenes & Coelho Silva, Camila (2024): "Nos meandros dos rios e nos interstícios da cidade: onde a segregação se revela. Um

[*] O artigo resulta de um conjunto de pesquisas realizadas junto à Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe) e à equipe de pesquisadores do Observatório das Metrópoles – Núcleo Paraíba, financiadas pela Fundação de Pesquisa da Paraíba (Fapesq-PB) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

estudo sobre a cidade de João Pessoa-PB, Brasil", *Ciudades*, 28, pp. 93-111. DOI: https://doi.org/10.24197/ciudades.28.2025.93-111

Artículo de acceso abierto distribuido bajo una Licencia Creative Commons Atribución 4.0 Internacional (CC-BY 4.0). / Open access article under a Creative Commons Attribution 4.0 International License (CC-BY 4.0).

Resumo: As cidades brasileiras são marcadas pela profunda desigualdade socioeconômica, que, por sua vez, produzem espaços segregados. O artigo objetiva discutir a segregação socioespacial no processo de urbanização da cidade de João Pessoa, Paraíba, Brasil, e revelar como esta vem se perpetuando neste espaço. Utiliza-se dados/análises produzidos por instituições governamentais e de pesquisa, análises de diferentes veículos e levantamento empírico. Destaca-se que a produção do espaço urbano em João Pessoa dá-se fundamentada nas desigualdades e disparidades socioespaciais e na (re)produção da segregação socioespacial, evidenciada nas condições habitacionais, na inserção urbana e no acesso à vida urbana dos vulnerabilizados.

Palavras-chave: segregação socioespacial, desigualdade socioespacial, urbanização, assentamentos precários, João Pessoa-PB-Brasil.

Resumen: Las ciudades brasileñas están marcadas por una profunda desigualdad socioeconómica, que a su vez, produce espacios segregados. El artículo objetiva discutir la segregación socioespacial en el proceso de urbanización de la ciudad de João Pessoa, Paraíba, Brasil, y revelar cómo se ha perpetuado en este espacio. Utiliza datos/análisis elaborados por instituciones gubernamentales y de investigación, análisis de diferentes medios de comunicación e investigaciones empíricas. Cabe destacar que la producción del espacio urbano en João Pessoa se basa en las desigualdades y disparidades socioespaciales y en la (re)producción de la segregación socioespacial, evidenciada en las condiciones de vivienda, integración urbana y acceso a la vida urbana de las personas vulnerables.

Palabras clave: segregación socioespacial, desigualdad socioespacial, urbanización, asentamientos precarios, João Pessoa-PB-Brasil.

Abstract: Brazilian cities are characterized by deep socio-economic inequality, which, in turn, produces segregated spaces. This article aims to discuss socio-spatial segregation in the urbanization process of the city João Pessoa, Paraíba, Brasil, and to reveal how it has been perpetuated in this space. It uses data/analyses produced by government and research institutions, analyses of different media, and empirical surveys. It highlights that the production of urban space in João Pessoa is based on socio-spatial inequalities and disparities and the (re)production of socio-spatial segregation, evidenced in housing conditions, urban integration and access to urban life for the vulnerable.

Keywords: socio-spatial segregation, socio-spatial inequality, urbanization, precarious settlements, João Pessoa-PB-Brasil.

A segregação socioespacial nas cidades brasileiras tem sido abordada por autores de diversos campos do conhecimento, dentro do que se denomina de grande área das ciências humanas e sociais: Sociologia, Geografia, História, Urbanismo, Economia e de alguma maneira, o Direito. Certamente, as matrizes teóricas e metodológicas também são diversas. Porém, de maneira geral, os estudos se iniciam

desde os ensinamentos dos teóricos da Escola de Chicago que sistematizam a discussão e propõem análise espacial.

Amparadas por uma discussão fundada na teoria marxista, as obras de Castells (1988 [1972]) e Harvey (1989 [1973]), podemos dizer que inauguram um outro entendimento sobre a produção do espaço urbano, pondo em xeque antigas teorias que fundamentaram o entendimento sobre a relação entre processos e formas espaciais. Desta maneira, mesmo que não tenham se debruçado diretamente sobre desigualdade e/ou segregação urbana, tais obras iluminam problemáticas até então não tratadas, e que convergem para a análise das primeiras.

Segregação socioespacial é um conceito que permeia os estudos urbanos estando muitas vezes associado ou melhor especificado como segregação residencial, segregação étnica, racial ou de renda. Ademais, se mostra atrelado à noção de desigualdade social e/ou socioespacial. Trata-se, portanto, de conceitos que muito embora tenham uma longa história, como todas noções que fundamentam as teorias e os pensamentos, passam por diversos entendimentos, e, tratando-se do campo das ciências humanas e sociais, não são consensuais, o que motiva o debate tão caro a esta área do conhecimento e, particularmente aos estudos urbanos.

O artigo ora apresentado deriva de um conjunto de pesquisas realizadas de forma individual e/ou coletiva pelos autores, mas todas fundamentadas na teoria crítica urbana (Brenner, 2018). No que se refere à metodologia, destaca-se a pesquisa teórica com consulta bibliográfica ampla, buscando atender às três dimensões do conhecimento: universal, particular e singular. Foram utilizadas publicações das instituições de pesquisas estatísticas brasileiras e fontes secundárias que oferecem algumas análises sobre os dados oficialmente divulgados. Além da observação in loco para melhor visualização da problemática, a identificação dos assentamentos precários da cidade de João Pessoa foi realizada a partir de diversas fontes secundárias, a exemplo de: os aglomerados subnormais[1] estimados pelo IBGE (2010; 2019); as áreas de risco identificadas pelas Defesas Civis municipais; as Zonas Especiais de Interesse Social instituídas por meio de leis e decretos municipais; as rendas dos chefes de família (IBGE, 2010); análises de imagens de sensoriamento remoto e algoritmos de deep learning; entre outras (Moraes & Miranda, 2023).

Além da sistematização e análise de dados de fontes secundárias, foram realizadas: (i) uma pesquisa documental que priorizou os relatórios oficiais sobre os assentamentos precários, entre estes o Relatório do Diagnóstico Consolidado dos

[1] Aglomerados Subnormais: terminologia adotada pelo IBGE nos censos e pesquisas desde 1991. No censo de 2010, o termo é acrescido de "favelas e similares", sendo assim definido: Conjunto constituído por no mínimo 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.), ocupando – ou tendo ocupado – até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular); dispostas, em geral, de forma desordenada e densa; e carentes, em sua maioria, de serviços públicos e essenciais. A partir do censo de 2022, substituiu por "Favelas e Comunidades Urbanas". (https://bit.ly/3TJ8xsG) [Acesso em 20 de setembro de 2024].

Assentamentos Urbanos Irregulares (João Pessoa, 2007), e a legislação, considerando as leis que dizem respeito aos assentamentos, entre elas a Lei Complementar Nº 164, de 11 de Janeiro de 2024, referente à revisão do Plano Diretor de João Pessoa; (ii) visitas de campo para observação direta das condições sociais, ambientais e infraestruturais dos assentamentos precários, assim como mapeamentos participativos para a recuperação das percepções dos moradores desses assentamentos sobre essas condições (Moraes & Miranda, 2023).

Para a exposição, dividiu-se o texto em duas partes. Uma primeira em que se discute as principais noções conceituais e as variadas formas de análise e uma segunda dedicada à apresentação e reflexão sobre o processo de segregação na cidade de João Pessoa-PB, Brasil.

1. DIFERENÇA, DESIGUALDADE E SEGREGAÇÃO - CAMINHOS PARA ANÁLISE E REPRESENTAÇÃO

Mesmo que se considere uma obviedade, quando se diz segregação, não é o mesmo que desigualdade e nem diferença. Como escreve Lefebvre (1999 [1975]) "Quem diz 'diferença' não diz, porém, divergência, desacordo, muito menos conflito" (Lefebvre 1999 [1975], p. 29). E complementamos, tampouco, diz segregação.

Sabe-se que a urbanização nos países periféricos, ou seja, daqueles que não se incluem dentre os que compõem o bloco do capitalismo central, é caracterizada pelas grandes desigualdades sociais e que se imprimem no espaço. Dentre estes, está o Brasil. O processo de urbanização brasileiro ganhou forte impulso a partir da década de 1950 e desde então se intensifica. Como caracterizou Milton Santos (1993), "a urbanização brasileira se tornou praticamente generalizada a partir do terceiro terço do século XX" e acrescenta: "A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é o suporte como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas também, do modelo espacial" (Santos, 1993: 10). O autor elabora questões que o impele a tentar elaborar o que denomina de "uma pequena teoria da urbanização brasileira como processo, como forma e como conteúdo dessa forma". Esboça algumas questões que movem o seu pensamento, dentre elas, destaca-se: "Como se distribuem, na cidade, as pessoas, segundo as classes e os níveis de renda? Quais as consequências da marginalização e da segregação?" e "Como definir os lugares sociais na cidade, o centro e a periferia, a deterioração crescente das condições de existência?" (Santos, 1993: 10).

Assim, tem-se a princípio a desigualdade socioespacial como uma "marca" do processo de urbanização brasileiro, mas que além de se constituir enquanto desigualdade, se caracteriza enquanto segregação.

Ao analisarmos a urbanização contemporânea, certamente que se pode constatar a desigualdade socioespacial e também espaços segregados nas mais diversas cidades do mundo global. Contudo, a intensidade e a gravidade das desigualdades sociais são imensas. Para melhor visualizar tal condição, tomemos como parâmetro o coeficiente de Gini, um dos índices bastante utilizados para mensurar a distribuição de renda entre as populações dos territórios, variando numericamente de zero (situação de igualdade) a um (situação de extrema desigualdade de renda). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o índice de Gini - rendimento mensal real domiciliar per capita - em 2023 do Brasil "manteve-se em 0,518, o menor da série histórica e o mesmo valor de 2022" [2].

Outro indicador bastante utilizado para se analisar a segregação é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Em março de 2024, a Organização das Nações Unidas (ONU) publicou o resultado do IDH referente aos dados coletados em 2022. Neste, o Brasil apresentou o IDH de 0,76, enquanto a Suíça 0,967; Espanha 0,863 e os mais baixos são os da República Centro Africana (0,387) e Sudão do Sul (0,381). Conforme atestam Bellet e López (2024), a desigualdade é uma das expressões da segregação.

Marcińczak, Musterd, van Ham e Tammar (2016) ao analisarem os indicadores de desigualdade econômica e os níveis de segregação socioeconômica em 13 cidades europeias – Amsterdam, Budapeste, Viena, Stockholm, Oslo, Londres, Vilnius, Tallinn, Praga, Madrid, Milão, Atenas e Riga – verificam que a relação entre os dois não se mostra nem positiva e nem linear, pois há que se considerar tanto a mediação institucional de cada país/região, como também a história do desenvolvimento econômico e populacional da cidade específica. Além disso, os autores alertam para o fato da segregação socioeconômica também ser mediada por outras formas de segregação, a exemplo da racial e étnica.

Os autores analisam a relação entre desigualdade de renda calculada com o índice de Gini e o nível de segregação residencial, elegendo para as 13 cidades, os níveis sociais mais altos e os mais baixos, estes medidos pelo índice de dissimilaridade (index of dissimilarity)[3]. Constatam que em 11 das 12 cidades europeias, a mudança na intensidade da segregação reflete alterações na desigualdade de renda. Explicam que uma maior desigualdade se reflete na maior segregação. Porém, advertem que "a segregação pode aumentar independentemente da redução

[2] Fonte: https://bit.ly/47ze6Qi [Acesso em 14 de setembro de 2024].

[3] "O índice de dissimilaridade" (D) é o método mais comumente usado e aceito para medir a segregação e compara a distribuição geográfica uniforme de um subgrupo populacional em relação a outro subgrupo populacional. (Tradução livre dos autores). No original: "The 'index of dissimilarity' (D) is the most commonly used and accepted method of measuring segregation, and compares how evenly one population sub-group is spread out geographically compared to another population sub-group". Fonte: https://bit.ly/47C4hRL [Acesso em 15 de setembro de 2024].

da desigualdade econômica"[4] (Marcińczak *et al.*, 2016: 367). O estudo realizado pelos autores adverte que na última década, em consequência das políticas (neo)liberais nos Estados de bem estar social, com a progressiva integração das cidades europeias nas redes globais, os níveis de segregação socioeconômica têm crescido. E concluem: "Até o momento, isso ainda não produziu níveis extremos de segregação nas cidades europeias, mas a Europa está claramente caminhando na direção de níveis mais altos de divisões socioeconômicas e, especialmente, em termos de separação espacial entre o topo e a base das distribuições sociais"[5] (Marcińczak *et al.*, 2016: 376, tradução nossa).

Nos estudos sobre segregação espacial em cidades europeias, destaca-se a segregação residencial da população estrangeira, ou seja, a problemática centra-se na imigração não somente para as realidades metropolitanas, mas também para cidades consideradas intermediárias, a exemplo de Valladolid na Espanha conforme escreve Gonzalez-Leonardo (2019). Este estudo nos mostra a complexidade da temática, particularmente quando pensamos a realidade brasileira, e, mais propriamente, a cidade de João Pessoa, onde não se evidencia um fluxo migratório contemporâneo latente, como também não se dispõe de dados específicos como o do "padrón municipal".

Para tratar da realidade urbana brasileira, encontra-se na literatura vários escritos sobre a diferença dos conceitos, inclusive na Geografia Urbana brasileira, como já apresentado em outro veículo (Maia, 2024). Nunca é demais reforçar que segregar significa apartar, separar, portanto, tratando-se da sociedade, a segregação implica em separar os socialmente desiguais.

As discrepâncias dos dados referentes aos países também se reproduzem nas cidades. Tomaremos algumas cidades brasileiras para mostrarmos os indicadores que mostram a desigualdade. Elegemos metrópoles e capitais localizadas em diferentes regiões (Tabela 1).

Das cidades elencadas, apesar de não haver uma grande discrepância, a que apresenta o melhor índice de Gini é Belém-PA, seguida de João Pessoa-PB. Contudo, ao observarmos o IDH, este já se mostra bem mais variável, destacando-se Belém com o pior índice, pois como se sabe, o IDH quanto mais perto de 1, melhor. Pelos dados apresentados, São Paulo se destaca com o melhor IDH (0,805), seguido do Rio de Janeiro (0,799). Assim, muito embora estes indicadores mostrem dados importantes, eles não conseguem traduzir, de fato, a desigualdade. E se esta for analisada a partir de dados, é preciso que estes sejam agrupados com vários outros, tais como: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, e, principalmente por

[4] "Nonetheless, it seems that segregation may surge irrespective of reducing economic inequality"

[5] No original: "So far, this did not yet produce extreme levels of segregation in European cities, but Europe is clearly heading in the direction of higher levels of socio-economic divisions and especially in terms of the spatial separation of the top and bottom of social distributions" (Marcińczak *et al.*, 2016: 376).

microdados, que no Brasil se dá pelos setores censitários[6] em que se pode verificar as condições dos domicílios, a renda familiar, etc. Certamente tais estudos são de grande valia e muito contribuem para o avanço do conhecimento e para a efetivação de políticas públicas, que se fazem tão necessárias em países periféricos, ou podemos dizer, tão desiguais.

Cidade	População Residente (Censo, 2022)	Índice de Gini (2010)	IDH (2010)
São Paulo - SP	11.451.999	0,6453	0,805
Rio de Janeiro - RJ	6.211.223	0,6391	0,799
Recife - PE	1.488.920	0,6894	0,772
Belém - PA	1.303403	0,6284	0,593
João Pessoa - PB	833.932	0,6287	0,763

Tabela 1 - População residente, índice de Gini e IDH 2010 de capitais brasileiras. Fontes: IBGE, 2023; http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginipb.def; https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/joao-pessoa/pesquisa/37/30255?ano=2010.

Além dos dois índices registrados, há uma série de outros que têm como objetivo medir a desigualdade econômica, social e também residencial. O Observatório das Metrópoles desenvolveu o Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU), com base nos dados do censo demográfico do IBGE de 2010 para as principais metrópoles brasileiras (Ribeiro, 2016). Segundo Ribeiro, o IBEU está fundamentado na "concepção de bem-estar urbano" e "decorre da compreensão daquilo que a cidade deve propiciar às pessoas em termos de condições materiais de vida, a serem providas e utilizadas de forma coletiva" (Ribeiro, 2016: 203). O autor esclarece que o índice abarca cinco "dimensões: mobilidade urbana; condições ambientais urbanas; condições habitacionais urbanas; atendimento de serviços coletivos urbanos; infraestrutura urbana" (Ribeiro, 2016: 203). É interessante observar que Belém apresentou índice de Gini (Tabela 01) melhor que todas as outras cidades elencadas na tabela. O que significa que a diferença entre os mais ricos e mais pobres em Belém, ou a desigualdade de distribuição de renda nesta urbe, é menor que a das demais. Porém, está muito longe da igualdade que seria o mais próximo de 0,0 e, que o fato de ter menor desigualdade não significa que a maior parte da população apresente

[6] O setor censitário é a unidade territorial estabelecida para fins de controle cadastral, formado por área contínua, situada em um único quadro urbano ou rural, com dimensão e número de domicílios que permitam o levantamento por um recenseador (IBGE, 2022).

rendimentos considerados suficientes para não se encontrarem na pobreza. Fato é que o IDH de Belém é o mais baixo, como também o IBEU é um dos mais baixos dentre as cidades analisadas pelo Observatório das Metrópoles que também considerou as demais cidades listadas na tabela 1, com exceção da cidade de João Pessoa.

A exposição acima nos sugere que os indicadores são importantes para a análise da desigualdade social urbana. Porém, como expresso no início deste escrito, desigualdade não é o mesmo que segregação. Certamente que a segregação urbana é produzida a partir da desigualdade como mencionado anteriormente. Há também indicadores criados para calcular a segregação, e, particularmente quando se analisa a segregação urbana, normalmente se remete à segregação residencial. Há outras manifestações da segregação urbana: espaços religiosos, áreas de consumo e lazer, etc. Porém, talvez por ser a mais latente e que mais requer ações políticas, é a segregação residencial a mais investigada. Corrêa (2013) assim a define:

> "A segregação residencial constitui-se na tendência à formação de áreas residenciais, cada uma com relativa homogeneidade interna e heterogêneas entre si. Homogeneidade e heterogeneidade são consideradas com base em status social, educação, ocupação, natureza da habitação, estrutura familiar, etnicidade, migração e religião. A segregação residencial, por outro lado, constitui-se em reflexo das diferenças econômicas e sociais e, simultaneamente, num meio no qual os diferentes grupos sociais vivem. Mas é também uma condição social que tende a gerar a reprodução das diferenças sociais e econômicas" (Corrêa, 2013: 48-49).

A segregação residencial, muito embora possa ter ocorrido nas cidades que antecedem o capitalismo, é um fenômeno que na sociedade capitalista se manifesta de forma expressiva, e que apesar de ter sido identificada e analisada desde o século XIX, mantém-se como uma característica do processo de urbanização.

Assim, entendemos que a segregação socioespacial se revela no urbano de diversas maneiras, muito embora seja usualmente mais disseminada através da produção da habitação, ou dos espaços residenciais. A temática da segregação residencial tem chamado atenção há bastante tempo, mas mais recentemente tem ocupado pesquisadores de diversos campos do conhecimento, tendo em vista as mudanças que a globalização tem ocasionado nos últimos anos, manifesta, particularmente pela gentrificação (Sassen, 1991; Mazorra, 2022).

No Brasil, os estudos urbanos mostram que o processo de segregação acompanha a urbanização e tem gerado discussões muitas vezes acaloradas. Afinal, a urbanização brasileira é marcada pelo trabalho escravo, depois pelos pretos libertos, população explorada e marginalizada. Tal assertiva, faz-se tão somente para lembrar o quanto é profunda a desigualdade social brasileira que se reproduz no espaço urbano.

2. DESIGUALDADE SOCIAL E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL: A ESSÊNCIA DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE JOÃO PESSOA-PB, BRASIL

A cidade de João Pessoa, capital da Paraíba, no nordeste brasileiro, atualmente com uma população de 833.932 pessoas (IBGE, 2022), registra desde suas origens, uma diferenciação socioespacial, concentrando a maior parte da população trabalhadora em áreas diferentes das correspondentes às moradias da classe mais abastada. A cidade, em parte circunscrita entre o Rio Sanhauá e o mar (sentido oeste - leste), mantém tal diferenciação espacial. Basta um olhar no sentido Centro da cidade - Cidade Baixa (Varadouro) (Figura 1) e, por conseguinte, no sentido Centro da cidade - orla marítima (Figura 2), para vislumbrar as diferenças econômicas e sociais que se manifestam no espaço urbano.

Figuras 1 e 2 - Vista do Centro da cidade no sentido do Rio Sanhauá e no sentido da orla marítima.
Fonte: Camila Coelho Silva (2024).

O núcleo primaz estabelece-se entre as margens do Rio Sanhauá e o tabuleiro, assim dividido em duas porções geomorfológicas – Cidade Baixa (denominada de Varadouro) e Cidade Alta (representada atualmente pelo bairro Centro). Este espaço compõe uma área onde se formou um diversificado conjunto edilício de distintos períodos históricos, com igrejas, conventos, sobrados, casarões, etc., e onde se desenvolveu um misto de atividades de comércio, serviços e habitação desde os primórdios da constituição e crescimento desta cidade.

Esta divisão - Cidade Alta e Cidade Baixa - não se delineia apenas pela geomorfologia, mas também pelas atividades e classes sociais que ali se concentravam. A Cidade Baixa, área do Varadouro, tinha forte ligação com o Rio Sanhauá e com o porto ali estabelecido, e, historicamente, correspondia à parte da cidade que "tinha, naquela época [na virada do século XIX para o século XX], tal como no período colonial, o maior adensamento populacional. No seu entorno, especialmente em direção ao sul, se localizavam as áreas mais carentes de condições de salubridade, onde moravam os mais pobres" (Gonçalves, 2016: 84).

Por outro lado, na Cidade Alta, se concentraram os principais edifícios administrativos, as igrejas e os conventos das quatro ordens religiosas (franciscanos, beneditinos, jesuítas e carmelitas), as residências e alguns sobrados. Destaca-se que as "ordens religiosas se configuravam como vetores de ocupação com seus patrimônios imobiliários e fundiários e tendo forte relação com os senhores de terra, interferindo nas formas de organização territorial" (Maia, 2016: 97). Em resumo, a cidade vai se construindo de forma diferenciada, onde as igrejas, os sobrados, a casa do governador, a câmara e o prédio da alfândega ocupam lugar central, enquanto os lugares que os trabalhadores habitam não são enxergados (Gonçalves, 2016).

A perspectiva predominante que norteava o reconhecimento das moradias dos pobres em João Pessoa era a sanitarista-higienista e, portanto, tinha por objetivo a detecção de supostas ameaças à saúde pública. Mas essas moradias também eram consideradas pelas classes dominantes como obstáculos à modernização da cidade e, desse modo, indesejáveis. Ações de remoção destas moradias das áreas valorizadas e de interesse de agentes econômicos se constituíram desde o Código de Posturas de 1830 como a política pública prevalecente até os anos 1980, empurrando os pobres para áreas periféricas ou de riscos.

No entanto, com a transferência dos agentes econômicos de maior capital para outras áreas da cidade, a partir da intensificação do processo de expansão e da formação de outras centralidades, sobretudo na área litorânea, o centro tradicional da cidade tem suas atividades institucionais e comerciais em grande parte substituídas por outras, mais populares, enquanto os investimentos públicos se voltam para as áreas agora ocupadas pela população de mais alta renda. Processo este comum em grande parte das cidades de maneira mais ampla (Barata-Salgueiro, 2013). É neste contexto que uma pequena margem da população trabalhadora conseguiu se manter nas áreas centrais, entretanto em precárias condições de vida, passando a ocupar áreas de domínio público, como as margens do rio e formando favelas (como a Comunidade do Porto do Capim, situada às margens do Rio Sanhauá, no Varadouro),

em ocupações - espontâneas ou organizadas -, ou em moradias coletivas de aluguel, como vilas e cortiços[7] (Figuras 3, 4 e 5).

Figuras 3, 4 e 5 - Exemplos de moradias na área central da cidade de João Pessoa pela população de baixa renda: Comunidade Porto do Capim, Ocupação João Pedro Teixeira e cortiços, respectivamente. Fontes: https://bit.ly/3ZyxKdi [Acesso em 20 de setembro de 2024]; Camila Coelho Silva (2023); Camila Coelho Silva (2015).

O movimento entre o centro tradicional e as novas áreas de expansão urbana, característico não apenas de João Pessoa, mas das cidades brasileiras de forma geral, foi analisado por Sposito (2013) e com base nos argumentos da autora, identificamos o quanto os reflexos deste movimento são caros à população de mais baixa renda. Ao

[7] O morar na forma de vilas e cortiços é ainda registrada nos dias atuais, com destaque para o bairro Varadouro (Silva, 2015), ocupação esta viabilizada pelo esvaziamento da área central e pelo mercado imobiliário informal que se estabelece, motivada sobretudo pela vantagem locacional e de oferta de trabalho, seja formal ou informal.

longo do século XX, entre remoções e omissões estatais, por falta de oportunidades públicas e privadas de acesso a moradias adequadas, o número de assentamentos autoconstruídos pelos pobres em João Pessoa cresceu. Em contraponto, nas últimas décadas, a cidade tem passado por uma rápida expansão do tecido urbano e relevante dinamização da produção imobiliária, transformando grande parte da terra urbana em mercadoria para a acumulação econômica e investindo sobretudo em grandes condomínios, sejam verticais ou horizontais (Figura 6).

Figura 6 - Disparidade entre os assentamentos precários e a produção imobiliária litorânea da cidade de João Pessoa/PB. Fonte: Doralice Sátyro Maia (2024).

Os processos de urbanização desigual de João Pessoa se expressam, principalmente, nos assentamentos em condições de precariedade e riscos socioambientais habitados, em sua maior parte, por população de baixa renda. Estes assentamentos estão distribuídos de maneira dispersa na cidade. Os localizados em áreas de estuário e planície têm, em sua maioria, maiores densidades construtivas e populacionais em comparação aos situados em áreas de encostas, com condições de ocupação mais difíceis (Nascimento, 2012).

Observa-se que os processos de segregação em João Pessoa têm relações evidentes com as desigualdades e discriminações construídas socialmente e impostas ao longo da história à população em situação de pobreza e seus assentamentos autoconstruídos. Tais assentamentos, frutos de ocupações irregulares, foram as principais alternativas desta população para inserção na vida urbana e, frequentemente, são caracterizados pela precariedade das condições urbanísticas, infraestruturais e de acesso a bens e serviços e pelas condições socioambientais de risco.

Além disso, os assentamentos precários de João Pessoa sempre foram estigmatizados em decorrência de preconceitos e discriminações contra seus moradores e sobre suas condições sociais, reforçando os processos de segregação e, também, de intervenções estatais violentas. Os assentamentos são marcados, ainda, historicamente, pelos conflitos fundiários decorrentes de ações públicas e privadas de despossessão que ameaçam seus moradores quanto à permanência em suas comunidades e na cidade. É importante ressaltar que a ausência histórica do Estado tornou estes territórios vulneráveis também à atuação do crime organizado, o que tem precarizado ainda mais as condições de vida de seus moradores e reforçado as discriminações sociais.

A despeito de algumas intervenções públicas para a urbanização e regularização dos assentamentos precários em João Pessoa a partir dos anos 1980, ainda prevalece a inadequação das condições de reprodução de vida e social para seus habitantes e as dificuldades para a integração urbana de seus locais de moradia.

A Fundação Instituto de Planejamento do Estado da Paraíba – FIPLAN, que já levantava os assentamentos precários em João Pessoa desde os anos 1970, reconheceu, em 1983, 31 áreas com características de ocupações irregulares, favelas e bairros populares, em condições precárias, com mais de 70 mil moradores (Nascimento, 2012). Além das ações públicas de remoção dos assentamentos, nesse período começaram a ser desenvolvidas também intervenções parciais para a sua urbanização. A falta de centralidade na agenda pública municipal dos locais de moradia da população em situação de pobreza se reflete na falta de estudos sobre eles. O último levantamento em âmbito municipal foi realizado em 2007 pela Prefeitura no âmbito do programa federal Habitar Brasil-BID, quando foram identificados e registrados 110 assentamentos no Relatório do Diagnóstico Consolidado dos Assentamentos Urbanos Irregulares (João Pessoa, 2007).

O Censo de 2022 identificou 157 favelas e comunidades urbanas em João Pessoa. Nesses assentamentos foram estimados mais de 135 mil moradores (IBGE, 2019). Mas em função de limites metodológicos, estatísticos e técnicos dos estudos do IBGE, a subestimação do número de assentamentos e de moradores é muito provável.

A equipe do Núcleo Paraíba do Observatório das Metrópoles identificou, em 2024, 177 assentamentos populares em João Pessoa apresentados na Figura 7, a partir de tratamento de imagem de satélite, projeção UTM Datum Sirgas 2000. Para esta identificação, foram tomadas como referências de partida: os aglomerados subnormais estimados pelo IBGE (2010; 2019); o estudo Assentamentos Precários do Brasil Urbano (Brasil, 2007): as áreas de risco identificadas pelas Defesas Civis municipais e por um estudo da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais; e as Zonas Especiais de Interesse Social instituídas por meio de leis e decretos municipais. Além destas referências, foram realizados estudos complementares sobre: as

condições infraestruturais de saneamento básico e de pavimentação de vias por meio de dados municipais e das concessionárias; as rendas dos chefes de família (IBGE, 2010); análises do traçado, parcelamento e forma urbana dos assentamentos, verificando a concentração de becos e vielas; e análises de imagens de sensoriamento remoto e algoritmos de deep learning. Para complementar esses estudos, vêm sendo realizadas visitas a campo (Moraes & Miranda, 2023). Tais recursos metodológicos, considerando também outros dados e indicadores sociais e econômicos, se fazem valiosos e imprescindíveis se quisermos analisar os assentamentos precários e a segregação socioespacial nas realidades brasileiras, dada a sua complexidade.

O mapa da figura 7 nos permite ter uma dimensão não somente do número de assentamentos precários em João Pessoa, mas, principalmente, constatar onde os mesmos se encontram. A grande concentração nas margens dos rios reafirma a ideia de que a formação das favelas na cidade e a sua expansão se deram sobretudo nestas áreas, uma vez que se tratam de áreas de domínio público e que se encontram encravadas no tecido urbano, nas bordas das áreas de urbanização consolidada, ou em alguns casos, como o atual bairro São José (originalmente Favela São José), nas margens do rio Jaguaribe, na zona leste da cidade, que literalmente ladeia os bairros de melhores condições de vida nos termos definidos pelo IBGE (2017) (Figuras 6 e 7).

Mesmo considerando que os estudos ainda não foram concluídos, já é possível constatar os resultados da omissão estatal e a dimensão do desafio para garantir os direitos à moradia e à cidade dos moradores dos assentamentos precários de João Pessoa.

Nos anos 2000, foram ampliados os investimentos públicos para a urbanização e regularização dos assentamentos precários no Brasil, principalmente com a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), de âmbito federal, lançado em 2007. Este programa foi criado para a promoção do desenvolvimento econômico por meio da realização de obras e serviços em setores diversos, entre eles o referente à urbanização de assentamentos precários.

Entre os problemas e entraves à execução e conclusão das urbanizações propostas, é possível destacar: as pendências quanto à desapropriação dos terrenos; distratos com as empresas executoras; e ajustes nos projetos durante sua implementação. Parte destas intervenções vêm sendo complementadas com a retomada do PAC em 2023. Será fundamental avaliar adiante, a partir destas intervenções, se, além da melhoria potencial das condições urbanísticas, infraestruturais e ambientais, serão implementadas políticas públicas multidimensionais permanentes nos assentamentos com a participação de seus moradores, visando garantir condições adequadas de saúde, sociais, econômicas, educacionais, culturais, de lazer etc. e, também, a integração destes territórios e de seus moradores à vida urbana.

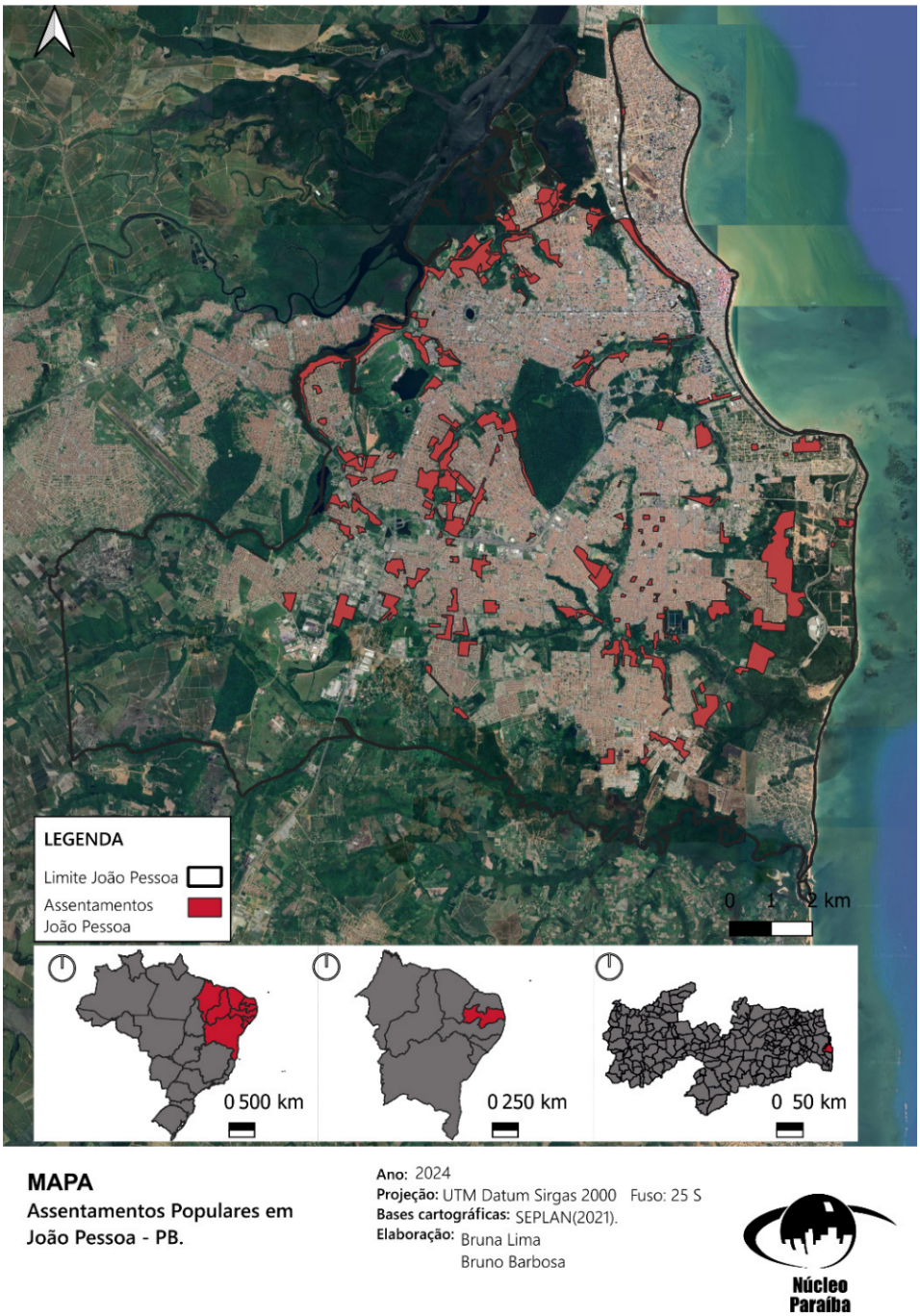

Figura 7 – Cartograma de Assentamentos Populares de João Pessoa. Fonte: Observatório das Metrópoles (2024).

Entre os problemas e entraves à execução e conclusão das urbanizações propostas, é possível destacar: as pendências quanto à desapropriação dos terrenos; distratos com as empresas executoras; e ajustes nos projetos durante sua implementação. Parte destas intervenções vêm sendo complementadas com a retomada do PAC em 2023. Será fundamental avaliar adiante, a partir destas intervenções, se, além da melhoria potencial das condições urbanísticas, infraestruturais e ambientais, serão implementadas políticas públicas multidimensionais permanentes nos assentamentos com a participação de seus moradores, visando garantir condições adequadas de saúde, sociais, econômicas, educacionais, culturais, de lazer etc. e, também, a integração destes territórios e de seus moradores à vida urbana.

Além das intervenções do PAC, vêm sendo implementadas ações do Programa João Pessoa Sustentável, fruto de parceria entre a Prefeitura Municipal de João Pessoa e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que financia o programa, para a recuperação de algumas áreas de importância ambiental ocupadas por assentamentos precários. As intervenções propostas pelo programa, contudo, não foram construídas de forma participativa e preveem muitas remoções e reassentamentos, contrariando parte expressiva de seus moradores.

As intervenções realizadas desde os anos 1980 para a urbanização dos assentamentos precários foram, em sua maioria, parciais, e não mudaram de modo estrutural o quadro de desigualdades e segregações socioespaciais em João Pessoa. Para o enfrentamento destas condições, é fundamental o reconhecimento dos moradores dos assentamentos precários como sujeitos de direitos e como imprescindíveis participantes e decisores das várias questões de interesse público e social e das políticas e investimentos públicos nas cidades. Somente com a participação ampla deles será possível superar as segregações, exclusões e discriminações a que são submetidos.

3. CONCLUSÕES

As pesquisas desenvolvidas pelos autores, muito embora façam uso de dados estatísticos e de indicadores elaborados pelas instituições governamentais e de pesquisa, utilizam-se de observações empíricas e de análises qualitativas, dada a complexidade dos processos de segregação nas realidades brasileiras, e, em especial, da cidade de João Pessoa-PB, objeto espacial de análise.

O conjunto de procedimentos permitiu constatar como a produção do espaço urbano em João Pessoa, desde a sua origem, dá-se fundamentada nas desigualdades e disparidades socioespaciais, mas principalmente na produção e reprodução da segregação socioespacial. Observa-se que o processo de urbanização brasileiro se produz e se reproduz marcado pela desigualdade social e econômica e também pela segregação. Esta, muito embora se mostre principalmente a partir do elemento

habitacional, não se restringe a este, uma vez que envolve um conjunto de elementos e de qualificações do espaço urbano.

Destaca-se que ademais do processo universal da urbanização e das particularidades inerentes à história da urbanização brasileira, há singularidades que se destacam na cidade de João Pessoa, objeto espacial de análise. Certamente as conformações do sítio urbano constituem elementos importantes para a conformação da cidade e, por conseguinte, da concretização da segregação socioespacial. Pois, não somente o rio ou a falésia separam partes da cidade, mas estes elementos se constituem ou são utilizados enquanto impeditivos para que a população expropriada seja separada, apartada das outras áreas ou da "outra cidade". Acrescenta-se que tais expressões da segregação só puderam ser constatadas por meio de observações empíricas e análises críticas a partir dos contextos urbanos específicos, verificando as causas e como são expressos os processos de apartação.

Em síntese, pode-se afirmar que a produção e reprodução do espaço urbano de João Pessoa se concretiza alicerçado na produção/reprodução do processo de segregação socioespacial.

BIBLIOGRAFIA

Barata-Salgueiro, Teresa (2013), "Do centro às centralidades múltiplas", em Fernandes, José A. Rio & Sposito, Maria Encarnação Beltrão –orgs.– *A nova vida do velho centro nas cidades portuguesas e brasileiras*, Porto, Cegot, pp. 13–30.

Bellet Sanfeliu, Carme & Andrés López, Gonzalo (2024), "La cuestión de la segregación residencial en ciudades medias españolas", em Robaina Martins, Igor Medeiros; Andrés López, Gonzalo & Soria Cáceres, Carlos Hugo -coords.- *Geografía y segregación socioespacial urbana: una mirada desde Iberoamerica,* Universidad de Burgos, pp. 165–182.

Brenner, Neil (2018), *Espaço de Urbanização*: o Urbano a partir da Teoria Crítica, Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrópoles

Castells, Manuel (1988), *A questão urbana*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Gonçalves, Regina Célia (2016), "Como e onde viviam os trabalhadores da Cidade da Parahyba (séculos XVI-XIX)?", em Moura Filha, Maria Berthilde; Cotrim, Márcio & Cavalcanti Filho, Ivan –orgs.– *Entre o rio e o mar: arquitetura residencial na cidade de João Pessoa*, João Pessoa, Editora da UFPB, pp. 64–89.

González-Leonardo, Miguel (2019), "Segregación espacial y condiciones habitacionales de la población extranjera en Valladolid. Los patrones residenciales de la inmigración en una ciudad media del Sur de Europa", en *Ciudades*, núm. 22, pp. 71–98. DOI: https://doi.org/10.24197/ciudades.22.2019.71-98

Harvey, David (1989), *Urbanismo y desigualdad social*, Madrid, Siglo XXI ed.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE (2022), *Censo Demográfico 2022*. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/index.html (data de acesso: 15-03-2024).

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE (2019), *Aglomerados Subnormais, 2019*. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e (data de acesso: 10-12-2020).

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE (2017), *Tipologia intraurbana. Espaços de diferenciação socioeconômica nas concentrações urbanas do Brasil,* Rio de Janeiro, IBGE.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE (2010), *Censo 2010: Aglomerados Subnormais, 2010*. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/agsn/ (data de acesso: 10-12-2020).

Lefebvre, Henri (1999), *A cidade do capital*, Rio de Janeiro, DP&A.

Maia, Doralice Sátyro (2024), "Segregação e desigualdade socioespacial nas cidades médias/intermediárias brasileiras", em Robaina Martins, Igor Medeiros; Andrés López, Gonzalo & Soria Cáceres, Carlos Hugo –coords.– *Geografía y segregación socioespacial urbana: una mirada desde Iberoamerica,* Universidad de Burgos, pp. 79-112.

Maia, Doralice Sátyro (2016), "A cidade em transformação: Primeiros sintomas da modernidade urbana no século XIX", em Moura Filha, Maria Berthilde; Cotrim, Márcio & Cavalcanti Filho, Ivan –orgs.– *Entre o rio e o mar: arquitetura residencial na cidade de João Pessoa*, João Pessoa, Editora da UFPB, pp. 90–111.

Marcińczak, Szymon; Musterd, Sako; Ham, Maarten van & Tammaru, Tiit (2016), "Inequality and rising levels of socio-economic segregation. Lessons from a pan-European comparative study", em Tammaru, Tiit; Marcińczak, Szymon; van Ham, Maarten & Musterd, Sako, *Socio-Economic Segregation in European Capital Cities,* London/ New York, Routledge, pp. 358–382.

Mazorra, Álvaro R. "Social inequality and residential segregation trends in Spanish global cities. A comparative analysis of Madrid, Barcelona, and Valencia (2001-2021)", *Cities*, volumen 149, June 2024. DOI: https://doi.org/10.1016/j.cities.2024.104935

Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação (2007), *Assentamentos precários no Brasil urbano*, Brasília, Ministério das Cidades/Secretaria Nacional de Habitação, São Paulo, CEBRAP/Centro de Estudos da Metrópole.

Moraes, Demóstenes; Miranda, Lívia (2023), "Para priorizar é preciso reconhecer o morar periférico. identificação e caracterização de assentamentos populares de João Pessoa e Campina Grande/ PB", *Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades*, Salvador/Recife, v. 48, n. 260, set./dez.2023, pp. 578–603. DOI: https://doi.org/10.25247/2447-861X.2023.n260.p578-603

Nascimento, Ana Caroline Aires Vieira do (2012), *A construção do informal: uma análise morfológica das favelas da cidade de João Pessoa.* Dissertação de Mestrado em Engenharia Urbana, Universidade Federal da Paraíba.

Prefeitura Municipal de João Pessoa. *Relatório do Diagnóstico Consolidado dos Assentamentos Urbanos Irregulares*. Programa Habitar Brasil-BID, João Pessoa, 2007.

Prefeitura Municipal de João Pessoa. *Lei Complementar Nº 164*, de 11 de Janeiro de 2024 que aprova a revisão do Plano Diretor Participativo do Município de João Pessoa e dá outras providências. DOE-JP Nº 444 de 11 de janeiro de 2024, João Pessoa, 2024.

Ribeiro, Marcelo Gomes (2016), "Desigualdades urbanas e desigualdades sociais nas metrópoles brasileiras", *Sociologias*, Porto Alegre, ano 18, no 42, mai/ago 2016, pp. 198–230. DOI: https://doi.org/10.1590/15174522-018004207

Santos, Milton (1993), *A urbanização brasileira*, São Paulo, Hucitec.

Sassen, Saskia (1991), *The global city: New York, London, Tokyo,* Princeton, Princeton University Press.

Silva, Camila Coelho (2015), *Ser/estar/viver invisível: avaliando as condições de habitabilidade e informalidade das habitações coletivas precárias de aluguel no bairro Varadouro, João Pessoa-PB*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba. Handle: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8380

Sposito, Maria Encarnação Beltrão (2013), "Centro e centralidades no Brasil", em Fernandes, José A. Rio & Sposito, Maria Encarnação Beltrão –orgs.– *A nova vida do velho centro nas cidades portuguesas e brasileiras*, Porto, Cegot, pp. 45–59.